

O neovelho problema: o objetivo e o subjetivo em sociologia contemporânea*

[Marcos Antônio Rodrigues Vasconcelos Filho](#)**

RESUMO

O artigo pretende encontrar elos epistemológicos e metodológicos entre autores clássicos e contemporâneos de sociologia.

Palavras-chave: subjetivismo, objetivismo, indivíduo, sociedade, mediação, positivismo, sociologia compreensiva, ideologia, marxismo, categorias, sociologia contemporânea.

NEW-OLD PROBLEM: OBJECTIVE AND SUBJECTIVE IN CONTEMPORARY SOCIOLOGY.

ABSTRACT

This article intends to find out epistemological and methodological links among classical and contemporary authors in sociology.

Key-Words: subjectivism, objectivism, individual, society, mediation, positivism, comprehensive sociology, ideology, marxism, categories, contemporary sociology.

1. Antes do início

Bem arredo deste artigo o tentar desenvolver discussão em torno de toda a problemática do conhecimento no que diz respeito ao objetivismo e ao subjetivismo em sociologia da contemporaneidade. O que se objetiva é sim uma abordagem em que se percorram alguns escritos sociológicos a partir, principalmente, de meados do século XX, indicando aspectos e de que maneira – como principal fundamento de todo o texto científico – a tríade clássica das Ciências Sociais (Durkheim-Marx-Weber – porém não apenas estes) influi sobre o pensamento epistemológico e sobre o método em sociologia dita da contemporaneidade.

2. Ao viver dos que não mais vivem

*Devo mostrar-me grato para com dois de meus mestres: Profs. Drs. Alice Anabuki Plancherel e Vladimir D. Micheletti.

**Graduando do 2º ano de Ciências Sociais na Universidade Federal de Alagoas. E-mail: vasconcelos.f@bol.com.br

A tendência de muitos ao se referirem a determinados autores ditos clássicos nas Ciências Sociais é refutá-los. Alegam, quase sempre, eles, que não deveria a ciência, como tal, deter-se em mortos, tratar deles, nem evocá-los em suas produções. Com um quê de devir ou com um misto talvez de futurismo exacerbado ou futurologismo acentuado, estes “futurólogos” compactuam ciência e verbetes como avanço, desenvolvimento, dinâmica, mudança, novel, entendendo-se vezes várias que o papel de cientista é promover um “P”: assim mesmo alegorizante, de um Progresso – maiúsculo.

Não se pode, todavia, prescindir do passado. Sob pena de chafurdar-se na escuridão do processo de fazimento dinâmico do conhecer, é que o cientista deve aproveitar o que se produziu, conhecer autores os mais diversos, notar o que neles permanece ou não válido, de acordo com o tempo em que vive, e seguir em frente.¹

De igual forma ocorre com a *Sociologia*. Nomenclatura comtiana no seu ecletismo etimológico greco-romano, é ela reflexa de disciplina não raras oportunidades válida como titulação sinonímia de *Ciências Sociais* (quem sabe no esforço de melhor disseminá-la como profissão e instituição).

Em Sociologia, quem desejoso, todavia, de conhecer e tornar compreensíveis muitos autores contemporâneos quase sempre deverá fazer uma “bridge” com os seus antecedentes. Autores tais quais Bourdieu (1989), Parsons (1969), Giddens (1989), Baudrillard (1994), Marcuse (1967), T.H.Marshall (1967), Przeworski (1989), Dahrendorf (1981), até o alcance de discussões mais recentes, como as de Antunes (1998), Offe (1994), Sousa (2003), Gorz (1987), não podem ser preteridos nem prescindidos. Inevitável, imperativa em verdade, uma sua boa compreensão pelo sociólogo ou pelo pesquisador simplesmente curioso, em que se empreenda um processo comparativo de epistemologias e métodos quase sempre afluentes do positivismo, do weberianismo e do marxismo, sobremodo.

2.1. Da tríade clássica

O positivismo teve como fundamento central a defesa de uma neutralidade axiológica no processo científico do conhecer ou na caminhada rumo ao descanso do espírito humano ao alcançar o estado terceiro: positivo. É o zênite do objetivismo. Predomínio quase absoluto daquele sobre qualquer subjetivismo na produção científica.

Acreditava-se ser possível o fazer ciência sem que o próprio cientista influísse sobre aquilo que pesquisava. Seria possível? Depois de Comte (1996) e Durkheim (2002), muitos sociólogos insistiram em tal perspectiva, apesar de outros não haverem trilhado, necessariamente, por este viés.

Se Durkheim destoa, nalguns aspectos, do positivismo comtiano, ele ainda retém traços do fundador da “física orgânica”. A sua unidade sociológica pluraliza a singularidade epistemológica de Auguste Comte. Durkheim mantém a perspectiva objetiva de neutralidade ou *pasteurização* do pesquisador. E não apenas isso. É importante frisar que a sua sociologia das representações coletivas tem por objeto os fatos sociais entendidos como *coisas*. Nele, até a sua psicologia é objetiva (DURKHEIM 2002, p.17). Não há o pre-

¹ “Não se pode fazer a ciência avançar, e não apenas em um caso, a não ser à condição de fazer com que teorias opostas se comuniquem, teorias que muitas vezes se constituíram umas contra as outras”. Cf. BOURDIEU, Pierre. 1983. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, p.20.

domínio do indivíduo sobre a sociedade, mas desta sobre aquele. Basta lembrar a exterioridade face às consciências individuais e, mais importante ainda, o seu estudo fundamentado pela coerção ou o “peso social” que sofre o indivíduo, subjugado a leis morais e jurídicas sociais.

Grande diferencial adveio com Weber. Trata-se de Max, antes que se pense em seu primo Alfred, ambos exímios estudiosos dos processos da sociologia da religião. Em dois densos textos, incluídos em *Sobre a Teoria das Ciências Sociais*, sejam, “A objectividade do conhecimento nas Ciências e na Política Sociais” e “O sentido da ‘neutralidade axiológica’ nas Ciências Sociológicas e Econômicas”, Weber principia afastando-se da pasteurização positivista ou da objetividade total, para, ao fim de suas sustentações, *positivar-se* mais uma vez. Ou seja, Weber diz do pesquisador que são justamente os seus preconceitos, a sua racionalidade, o seu individualismo, os seus juízos, os seus valores que imprimem à sua ciência (à ciência que *ele* constrói) traços subjetivos, mas, bem esclarecido, ao fim da pesquisa, os *resultados* que obtém são *universais*, ou melhor, imparciais, neutros (WEBER 1974).

É justamente o contrário de Marx. É pouco notado, talvez, que a sua inovação (muitos marxistas, ontológicos ou não, insistem em frisar exageradamente uma “revolução” mais que “copernicana” da modernidade) está na *contradição* do conceito de ideologia. Se Marx, porém, retoma a essencialidade (essencialismo, substancialismo) das idéias, entendendo-as como concepções ou visões de mundo (sem comentar as concepções mannheimianas de ideologia e utopia,² o que seria o mesmo que discutir funcional-sociologicamente uma perspectiva entre dinâmica e estática), ele aprofunda duas vertentes de uma mesma problemática:

- 1) O objetivo e o subjetivo como construção epistemológica ou na produção do conhecimento;
- 2) O objetivo e o subjetivo não apenas no sentido utilitário, mantenedor, mas contemplando o seu aspecto perturbador e estrutural, atentando para o lugar do indivíduo, do agente ou ator (no sentido consagrado e translado ao português da expressão de Weber), como ser capaz de influir sobre o seu tempo, de acordo com seus desejos, necessidades, gostos, intentos, ações etc.

Se se frisar o aspecto primeiro, perceber-se-á que, em construções epistemológicas (se bem não se possa dizer que ao tempo de Durkheim e Comte, por exemplo, pudesse dar tal nome à sua “metodologia” – *anônima!* ou *anômica?!)*,³ autores de sociologia clássica, como a tríade Durkheim-Marx-Weber, respondem por elas de diferentes formas. A) Durkheim, com sua *tridimensionalidade* sociológica *coerção-exterioridade-coisa*, praticamente escreve em letras de forma: – De nada vale o indivíduo, ele é

² Cf. MANNHEIM, Karl. 1983. “Ideologia e utopia”, in FHC e MARTINS (orgs.). *Política e Sociedade*. São Paulo: Nacional, pp.123-33. E também Löwy (1987).

³ Howard S. Becker frisa muito bem esta discussão: “Durkheim, mais do que os outros, também inventou maneiras de estudar as questões que suas teorias levantavam. Seu estudo sobre o suicídio foi pioneiro na utilização de dados estatísticos oficialmente coletados para o estudo de questões sociológicas. Ele é responsável por um certo número de métodos de teste de hipóteses de base teórica, através da comparação das taxas de incidência de um fenômeno em diferentes grupos com atributos sociais diferentes. *A idéia de um ‘metodológico’ ainda não tinha sido inventada na época de Durkheim; se tivesse sido, Durkheim teria sido um*” [Os grifos são meus]. Cf. BECKER, Howard S. 1999. *Métodos de pesquisas em Ciências Sociais*. 4ª.ed. São Paulo: Hucitec, p.10.

apenas o substrato, a matéria-prima, a fração, o resíduo, o átomo que nada conta disjungido da estrutura (no caso, a pouco frutífera hoje, por banal, analogia spenceriana à biologia ou à anatomia humana, que muito influi(u) sobre (pré)funcionalistas);

B) Marx, com sua concepção de ideologia introduz este conceito como indispensável na atividade construtiva do ser social. Nos *Manuscritos*, ele anotou: “O trabalhador é a manifestação *subjetiva* do fato de que o capital é o homem absolutamente perdido para si mesmo, assim como o capital é a manifestação *objetiva* do fato de que o trabalho é o homem integralmente perdido para si próprio” ([Os grifos são meus] 2004, p.123).

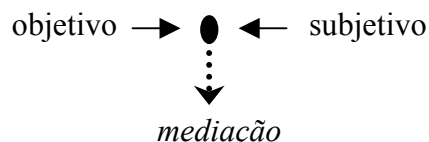
Mas são justamente a ideologia, que é fundamentada pelo trabalho, e a alienação, como impedimento do conhecer do processo de trabalho e da construção do ser como homem capaz de um conhecer não enganoso ou parcial (que Althusser explicitou como uma apelação psicológica), as formas que, malgrado dúvidas de objetivismo e subjetivismo, confundem o lugar antes do indivíduo como ideólogo e o lugar do seu reducionismo alicerçado pelas condições materiais ou econômicas. Ideologia é uma visão de mundo. Tudo bem. Quer dizer assim indivíduo real como uma generalização objetiva. Mas como fundamentar o tão difundido chavão ou clichê de orelha de livro: “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (MARX 1996, p.52) e ainda contemplar o subjetivismo da ideologia?! Dialética?!

C) Weber inda insiste em que os resultados universais não sofrem com a inevitabilidade dos *juízos*.

3. Dívida e mediação dos sociólogos contemporâneos

Três possibilidades se há avistado até aqui: 1) O puramente objetivo; 2) o puramente subjetivo, como quê quase psicológico e/ou sociológico alemã(es/o) ou com leves toques de objetivismo (no sentido de totalidade, generalidade); 3) a tentativa de uma mediação entre o objetivismo e o subjetivismo, seja, uma discussão viável entre indivíduo e sua relação com a transformação do mundo (de um *perspectivismo* – para o valimento nietzscheano – *murológico* (este termo não é do autor de *Ecce Homo*) alargado, desde a atividade humana menos notada e notoriamente dinâmica do cotidiano às transformações mais perceptíveis e radical-estruturais de não curto prazo).

3.1. Murológicas



Nota-se mesmo é que a perspectiva sociológica terceira é quem mais foi inovadora dentro da Sociologia contemporânea ou moderna. Bourdieu escreveu que “[...] as categorias de pensamento impensadas [é] que delimitam o pensável e predeterminam o pensamento” (*apud* LÖWY 1987, p.14). O mesmo seria que o dizer, complementando, e traspas-

sando o pensamento, num esforço de construto mental, que “a verdade objetiva sobre a sociedade é antes concebida como uma *paisagem* pintada por uma artista e não como uma imagem de espelho independente do sujeito” ([Grifos no original] LÖWY 1987, p.14). De onde se infere não se poder construir realidades prescindindo do ou subjugando o indivíduo de seu verdadeiro papel no espaço e tempo determinados.

Concepções de processos de *socialização* (integração) e/ou *desvios* (resistência à determinadas formas de socialização) permitem, precisamente, apreender esta mediação entre sujeito-objeto, *ipsum est*, entre o subjetivo e o objetivo, ou entre o subjetivismo e o objetivismo, ou, ainda, entre subjetividade-objetividade. Processo do indivíduo à sociedade e/ou desta àquele.

Em sua concepção praxiológica (mediação, via *habitus*, entre o conhecimento fenomenológico e objetivo), Bourdieu notou que a estruturação das sociedades e das práticas sociais dá-se pela dialética de um duplo processo: de *exteriorização da interioridade* e *interiorização da exterioridade* (ORTIZ 1989, p.47). O seu modelo de estudo questiona, desse modo, a conduta passiva do indivíduo, posto ser este um ator social. Sob influências de Marx (*capital* simbólico), como de Weber (*campo* social) e Durkheim (princípios sociais estruturantes), entre outros, o sociólogo francês propõe a noção de *habitus*⁴ à renovação cultural. E, preocupando-se com a *reprodução renovada* das culturas como pólos de ação humana, por intermédio daquele conceito, escreve ele:

É preciso abandonar todas as teorias que tornam explícita ou implicitamente a prática como uma reação mecânica, diretamente determinada pelas condições antecedentes e inteiramente redutível ao funcionamento mecânico dos esquemas preestabelecidos, ‘modos’, ‘normas’ ou ‘papéis’ [...] (Bourdieu *apud* ORTIZ 1989, p.64).

Da mesma forma, a sociologia promoveu uma simbiose com a antropologia, para compreenderem juntas os comportamentos desviantes da ordenação societária. Parsons (1969),⁵ seguindo uma linha teórica entre o evolucionismo e o funcionalismo, viu que, numa sociedade, o indivíduo passa por um processo de adaptação que não exclui, todavia, os *desvios*. Para ele, socialização é sinónimo de mudança ordenada. Sendo assim, Talcott Parsons é quase um defensor do interacionismo simbólico (tal como Giddens), na medida em que propõe as suas “expectativas” como regulação entre *ego* e *alter*. Freudiano, tenta compreender como se dão também os processos culturais e as renovações, dentro de um conjunto de “sistemas sociais”. É no *papel social* que o sociólogo vê a orientação do agente, que é regido por padrões de valor moralmente sancionados como recompensas.

Parsons (1969) vale-se de uma perspectiva semelhante à de Ralph Linton, pois seus *papéis* correspondem a uma funcionalidade num dado status (lugar) determinado na sociedade, onde o indivíduo está suscetível de *papéis reais* (vivenciados) e *ideais* (padrões normativos que servem para orientar o desempenho dos *papéis reais*).⁶

“[...] por mais importantes que possam ser as variações individuais na determinação da ação concreta, são os *padrões comuns* [...] que constituem o *substrato orgânico* maciço

⁴ Cf. Bourdieu (1989, p.61) e Ortiz (1989, p.15).

⁵ Para mais sobre Parsons, cf. também CASTRO, Anna M.de e DIAS, Edmundo F. 1987. “Parsons”, in *Introdução ao pensamento sociológico*. 9ª.ed. Trad.Aldo B.Netto et al. Rio de Janeiro: Eldorado Tijuca (Leituras), pp.207-41.

⁶ Cf. Vasconcelos Filho (2004, p.72).

da ação”, escreve Parsons (1969, p.17). Vê-se que é uma tentativa de jungir a compreensão weberiana e o organicismo durkheimiano.

Giddens (1989) também propõe uma mediação entre o objetivismo e o subjetivismo. Através de sua “Teoria da Estruturação”, não há apenas a coerção da sociedade sobre o indivíduo, como um dos pilares durkheimianos positivistas. Sena (1984, p.140) acentua que “a caracterização do fato social por seu aspecto coercitivo não seria mais que um procedimento metodológico”. Este mesmo procedimento não se mantém de todo, pois o sujeito, como “agente humano cognoscitivo” tem sua vida social governada não por “correntes sombrias fora do [seu] alcance”, mas é capaz de “manter [a vida social] de modo reflexivo sobre sua própria conduta”. Ademais, porque “em muitos contextos da vida social ocorrem processos de ‘filtragem de informação seletiva’, pelos quais atores estrategicamente colocados procuram reflexivamente regular as condições globais de reprodução do sistema, seja para manter as coisas como estão, seja para mudá-las” (GIDDENS 1989, pp.XVII, 4 e 22).

Porém, não é impossibilitada a percepção da dívida giddensiana para com a microsociologia ou a sociologia compreensiva ou experimental. De modo que, ao ter como um dos elementos de sua teoria da estruturação a consciência e a inconsciência, a subjetividade do agente frente a uma tradição objetivista, percebe-se um quê de valimento da psicologia, como ciência capaz de fazer uma mediação e prestar auxílio, em cumprimento a uma metodologia multidisciplinar, à sociologia de Anthony Giddens. Multidisciplinar evidenciada pelo próprio Giddens, a soar com quê de transversalidade metodológica:

Ao formular esta descrição da teoria da estruturação, não tive a menor relutância em apoiar-me em idéias oriundas de fontes completamente divergentes. Isso poderá parecer a alguns ecletismo inaceitável, mas eu nunca consegui temer esse tipo de objeção. Existe um inegável conforto em trabalhar dentro de tradições estabelecidas de pensamento – sobretudo, talvez, em face da grande diversidade de abordagens com que se defronta correntemente quem está de fora de uma tradição qualquer. O conforto de pontos de vista estabelecidos pode, entretanto, servir facilmente de cobertura para a preguiça intelectual. Se as idéias são importantes e esclarecedoras, muito mais importante do que sua origem é estar capacitado para delineá-las de modo a demonstrar a utilidade delas, mesmo num quadro de referência que poderá ser inteiramente diferente daquele que ajudou a engendrâ-las (GIDDENS 1989, p.XVIII).

Com isso, vê-se em Giddens o afastamento de quaisquer reducionismos. Reduccionismos negados por sua própria mediação, na medida em que aquele se propõe sustentar um “sujeito descentrado” frente a um sistema social de estrutura dual, em que agentes, recorrentemente, partilham de práticas sociais, num dado espaço e tempo, cumprindo o “conceito fundamental da teoria da estruturação”: a *rotinização* ou as chamadas *práticas rotinizadas*. Assim, “tudo que é habitualmente feito, construído, reproduzido ou inovado, aperfeiçoado pelos homens numa *agência* constitui e constrói sua vida social em dados *cenários concretos de interação*” (GIDDENS 1989, pp.XIX ss).

“Ao fundar a teoria da estruturação,” – é Giddens (1989, p.XXII) quem escreve – “desejo furtar-me ao dualismo associado com o objetivismo e o subjetivismo”. Sua teoria da estruturação vale-se da fenomenologia e da hermenêutica; como também de perspectivas mais objetivistas. Trata-se de um mediar assaz plural, em que se vislumbra o aproveitamento do “passado sociológico”, conferindo *vida aos que não mais vivem*, num mutualismo metodológico validado.

Um trabalho de rediscussão de sua obra conclui:

Giddens propõe elaborar teoria social sem estar preso às grades objetivistas e subjetivistas de análise. Afirma que não se trata de enfatizar as micro relações, em detrimento das macro relações, nem vice-versa. O que ele propõe é dar um corte analítico que lhe permita considerar como ‘*a interação em contextos de co-presença está estruturalmente implicada em sistemas de ampla distância de tempo-espço*’, ou seja, considerar as interrelações e múltiplas determinações deste [sic] dois pólos (agência e estrutura), que não são pólos opostos, mas antes interdependentes. Pretende superar o dualismo atualmente existente no interior da produção em Teoria Social, considerando a existência de conexões entre a integração social (agência) e a integração de sistemas (estrutura). [...] em nenhum momento Giddens perde de vista o pressuposto de que os agentes são seres cognoscitivos, portanto, capazes não só de interpretar suas próprias experiências cotidianas, como também de refutar teorias construídas a partir delas (Grifos no original [VASCONCELOS 1998, pp.26-8]).

Porém, não apenas se pode situar Giddens na sociologia, já que esta, transversal a seu modo, possui fronteiras muito tênues com outras ciências humanas. Daí valer-se, isso se nota, da filosofia, como da ciência política, econômica, antropológica. Giddens escreve: “O estruturalismo e o funcionalismo enfatizam a permanência do todo social sobre suas partes individuais (isto é, seus atores constituintes, sujeitos humanos)” (1989, p.1). Daí se notar que as doutrinações antropológicas, em suas perspectivas mais ou menos articuladas, substantivadas em número pentaédrico, permitem, igualmente, perceber a confrontação entre o subjetivo e o objetivo. Salvo o *particularismo histórico* ou a escola *boasiana ético-diferencial*, as perspectivas nomotéticas, sincrônicas ou diacrônicas, das escolas *histórica conjetural* ou *evolucionista*, *geográfica* ou *difusionista*, *biológica* ou *funcionalista* e *lógica* ou *estruturalista*, abordam o indivíduo como apenas submissões à estrutura social, muito embora a nomenclatura varie a seu modo, como também a focalização nos aspectos metodológicos diversos uns dos outros, no entanto passíveis de serem articulados.⁷

Outros sociólogos, como Ralf Dahrendorf, evidenciaram sua dívida para não apenas com Marx, mas com Weber e Durkheim. Num de seus livros mais importantes, *Sociedade e Liberdade (Gesellschaft und Freiheit)*, Dahrendorf, autor liberal alemão, avança as sociologias clássicas, a fim de alcançar a sua “Sociologia do Conflito”.

Mais marxista que Parsons, este que seria antes de mais algo um durkheimiano, Dahrendorf anotou que “os conflitos não desaparecem ao serem regulamentados. [...] o conflito é o pai de todas as coisas, isto é, a energia criadora e impulsionadora de toda mudança; mas não é preciso que o conflito seja sinônimo de guerra ou de guerra civil [...]” (1981, p.152).

Como um fragmento, às vezes, pode evidenciar dívidas nas suas entrelinhas! Note-se que, se se analisar com o devido cuidado sociológico, perceber-se-á que os conflitos não são mais encarados como uma patologia, um desvio, uma ação digna de repúdio, amoral e a ser social e/ou juridicamente punido. Contrário disso, ele parece ser naturalizado, por sua própria inevitabilidade e seu caráter social de intrínseco. Igualmente, Dahrendorf dialoga com Durkheim através de Parsons e vice-versa, na medida em que diz ser o conflito a verdadeira mudança, ao contrário do não-dinamismo de adaptação dos indivíduos daqueles autores. Só assim entender-se-á o conflito.

⁷ Id., pp.10-1.

Também fazendo uma ponte com o subjetivismo, o autor alemão evidencia que o conflito não se apenas dá em caráter global, polar, geral, totalizante. Ele se dá no supra-individual, no dia-a-dia, no cotidiano das ações políticas, no meio familiar etc. Daí a sua crítica ao marxismo como perspectiva voltada principalmente para a mudança estrutural (pelo menos o marxismo dos não-reformistas) do *status quo*.

E é justamente em suas críticas à chamada *sociedade industrial* que Dahrendorf se sente à vontade. Aí notamos a interferência de Weber, onde os *juízos de valores* de quaisquer sociólogos emergem. Por mais que a assepsia daquele termo se esforce por tornar o cientista indiferente, sem os germes dos pré-conceitos e preconceitos, nem as impurezas do estudioso, o que se nota é que o seu próprio conteúdo – na tentativa hercúlea de se não dizer opressora, engendradora de mazelas do mundo etc – tem os seus “podres”.

Dahrendorf afinal evidencia ao mesmo tempo polêmica e defesa. Quando, *verbi gratia*, se pensa que ele rompe com Marx, criticando-o, ele se volta para a concepção de *classe* que se acha dispersa nos escritos do autor dos *Grundrisse* para reavivá-lo, contrapondo-o ao processo de estratos bem ao gosto de Weber e de outros sociólogos.

Os textos clássicos de sociologia permitem muitas vezes o diálogo com outros sociólogos contemporâneos. Assim, permite-se voltar à discussão mais central a que se prende este texto: o indivíduo e a sociedade ou a problemática subjetiva x objetiva.

O liberalismo, com seu individualismo exacerbado, teve, por sua vez, em T.H.Marshall (1967) um defensor e mediador importante dentro da sociologia contemporânea. Seus pressupostos liberais permitem o desenvolvimento de argumentos em torno do impacto entre *status* de cidadania sobre a desigualdade social. Como a propensão criticada por Dahrendorf (1981) ao nivelamento das classes, tendendo as mesmas à classe média, o autor de *Cidadania, classe social e status* revela o primado do individualismo dentro de um conjunto de relações objetivas. Defende o *self-made man* quase rockefellerianamente, dizendo sem dizer, não dizendo dizendo. A sua conceituação de cidadania obedece a um jogo teórico *des/igualdade*. Concentra seu esforço de pensamento na idéia de que as sociedades modernas têm nas suas classes sociais uma característica assaz intrínseca: a de que a cidadania se mantém como tal numa aparência quase ilógica (porém, bastante lógica no seu ilogismo) que camufla a sua *essencialidade*; pois direitos e meios de contemplar as nossas objetivações todos têm; o fato, porém, é que, dentro deste conjunto teórico-metodológico que quer definir classes sociais, vislumbra-se a verdadeira essencialidade da cidadania: a desigualdade social como fruto de um *status* – daí ser um termo controverso, mal empregado, hierarquizante ou estratificante. Weber explorou bem a estratificação social e Marshall parece indicar sempre a sua dívida e a sombra do autor de *A ética protestante e o espírito do capitalismo*.

Ora, a cidadania mais parece – lembremos Baudrillard – um simulacro, pois a sua disposição conceitual, primeira e apressadamente, não permite revelar-se. A aparente igualdade que a cidadania parece refletir é justamente a virtualidade notória que esconde a realidade desigual que traz consigo mesma. E é por ser o *status* de suas entranhas, como fator analítico e realístico, implícito na sua forma, explícito na sua substância, que é permitido o alcance do verdadeiro sentido desta desigualdade dentro da cidadania que se propõe igualdade, mas em verdade se apresenta conservadora do *status quo*.

Baudrillard (1994) fixou que o indivíduo se perde, e *massa* se há tornar. Contrário disso, nega a sinonímia de *multidão* conferida ao termo. Dahrendorf, usando de um estruturalismo discursivo de dizer o não-dito ou de não dizer o dito, assim se refere:

[...] o indivíduo se transforma num grão de areia que não pode distinguir-se em nada dos seus semelhantes. Perde sua individualidade, seja enquanto joguete dos demagogos, seja como fim objetivo da propaganda e dos chamados meios de comunicação em massa, bem como ‘indivíduo dirigido de fora’. Para demonstrar esta tese, aduz-se a moda como prova da conduta massificada: *todo* mundo quer passar suas férias na Itália, *todos* se vestem como *todo* mundo, inclusive *todos* pensam, sentem, fazem o mesmo no trabalho e no tempo livre, em seu ambiente social e político. [...] eliminação das desigualdades entre os homens, através da sua transformação numa massa genérica e cinzenta, de uniformidade anônima (1981, p.14).

Simulacro. Indivíduo indistinto este baudrillardiano, em que se não sobressai uma equivalência sequer como uma simples operação adicional infinda de seres equivalentes.

$\Delta + \Delta + \Delta + \Delta + \Delta + \Delta + \Delta + \dots \neq$ subjetivismo.

$\Delta + \Delta + \Delta + \Delta + \Delta + \Delta + \Delta + \dots =$ tortuoso e implosivo objetivismo sem objetivo histórico, sem objetivo de construção nem reconstrução, mas de comodidade, contemplatividade, simplória a seu modo exuberante e espetaculoso de se ser, perdendo qualquer auto-redenção pela própria perda de seu sentido temporal.

Marcuse (1967), sustendo uma sociedade unidimensional, em que párias, marginais, desempregados, não-empregáveis, ou seja, menores e minorias, excluídos e despossuídos, são chamados para figurarem como novos sujeitos capazes de romper, e só eles, com o/a *engolfamento/cooptação* da sociedade industrial. Esta inversão do sujeito histórico dissipa o marxismo como bipolarização dogmatizada do historicismo rumo ao devir. Ao propor “novos agentes”, Marcuse desloca uma certa subjetividade, desta vez, menos monolítica que a proposta do marxismo ortodoxo. Aproxima-se da proposta, por exemplo, de Ricardo Antunes (1998).

3.2. Categorias e elementos objetivistas

Contrário dos quadros pincelados anteriormente, em que se permitiu vislumbrar mediações entre o subjetivismo e o objetivismo, nem tudo, todavia, é mediado. Não que se volte às raízes positivas, em nome de uma assepsia ou de uma perspectiva que buscasse fazer ciência sem “engajamento” ou despida de valores, mas muitos sociólogos contemporâneos, em sua maioria herdeiros marxistas ou mesmo weberianos (sem o necessário complemento da tríade clássica sociológica), categorizam a vida social, elegendo elementos ou dados essenciais, centrais ou fundantes.

Já n’*A Ideologia Alemã* Marx e Engels (1974) elegeram o trabalho como categoria ou elemento fundante da vida social. A partir de determinadas condições históricas, o homem contrai relações sociais de produção que lhe permitem construir o mundo, modificá-lo obedecendo a uma causalidade e a uma teleologia, da mesma forma que se construindo.

Este elemento sobrepõe-se ao indivíduo. Não basta que o sujeito seja evidenciado a partir de uma categorização de classes em luta bipolares fundamentais de época em época. Não só o princípio ideológico permite vislumbrar o sujeito como indivíduo (embora muitos corram o risco de confundir unidade e matéria-prima ou célula concreta, matriz). Este sujeito é individual-social, embora no-lo seja. Isto levaria a um paradoxo? Só aparentemente. O sujeito é indivíduo porque na verdade constitui-se, concretamente, como tal. No-lo é em virtude da própria abstração que permite a Marx (e a Engels, quando em

quatro mãos), indutivamente, construir seu objeto. Este objeto é construído empiricamente tomando-se por ponto de apoio o entendimento de que certos mecanismos confluem por uma totalidade. Esta totalidade é sinonímia de uma generalização. O que não deixa de acontecer com o qualitativismo da análise indutiva, sem a proposta de uma “meta-sociologia”. “As inferências estabelecidas com relação a um conjunto de *individuos* de uma população podem ser *generalizadas a todos* os indivíduos da população [...]” (Os grifos são meus [FERNANDES 1978, p.19]).

Este processo gradativo de construção metodológica indutiva às vezes desemboca em uma homogeneidade falseada na construção das teorias sociais. Indivíduos pouco particularizados, em que se exclui de tal maneira a sua singularidade plural, tendem a ser convertidos em meras construções mais ou menos abstratas. São vistos nem tanto como mosaicos ou ladrilhos disformes e destoantes nem como identidades com desejos, necessidades, excentricidades e sutis autodeterminações. Caem, não raro, no relevo pouco tortuoso das ontologias essencialistas dos reducionismos dogmatizadores.

Em sociologia contemporânea, a proposta de Claus Offe (1994) é a de que, com o surgimento de novos atores influenciando sobre a construção da própria vida social, permitir-se-ia retirar a condição do *trabalho* como elemento fundante. Na proposta marxiana, a relação contraditória entre patronato-proletário (ou entre capital-trabalho) na formação social capitalista seria a categoria que transformaria a natureza do mundo social. Mas Offe, atentando para a perda da identidade do trabalhador como sujeito capaz de promover a emancipação do homem, se perde na obsolescência da centralidade do trabalho como motor estruturante da condição capitalista desqualificadora de mão-de-obra. O sujeito passa a se arquear sobre a proposta por demais generalizante – monolítica, vale dizer – de que o mesmo, em trabalhador, é em si o ser em construção de uma mudança radical futuroológica. É justamente no desmantelamento político do proletário que se identifica a problemática. Uma vez que Offe se propõe retirar do capitalismo o seu princípio fundante, segundo o marxismo, de extração de mais-valia da força trabalhadora, ele passa a estender uma crise que se dá com o trabalhador e não com o trabalho, ainda que um implique sobre o outro. E assim a própria divisão do trabalho e o processo ascendente de automação ou de *abstração* do trabalho engendraria um condicionante favorável para que sujeito equipare-se à alienação ou ao desconhecimento do processo e do que é obrigado, pelo sistema, a fazer.

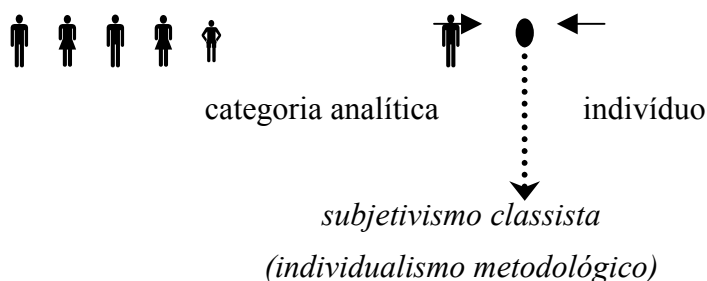
Movimentos pacifistas, feministas, ambientalistas, lutas pelos direitos humanos... corresponderiam, desta maneira, a um processo de descentralidade do trabalho. Estas questões (como, além daqueles, o exemplo atualíssimo: o bélico), não dizendo, para Offe (1994), diretamente respeito ao confronto capital-trabalho, passam a figurar como um esvaziamento da luta de classes. E são justamente estas questões individuais que dão a Offe um subjetivismo (quase weberiano, embora mais intersubjetivo pela proposta neoluminista habermasiana de razão comunicativa, pois Clauss Offe é refratário frankfurtiano).

Gorz (1987) entende também que o proletariado, a partir da ascendente divisão do trabalho, tornou-se opaco. Opaco não apenas por se haver disjungido sujeito-trabalho, mas também porque esta relação fundante pulveriza quaisquer tentativas de romper estruturalmente com a lógica do sistema. Uma vez tomado o poder, a estrutura permaneceria tal e qual, encontrando o proletariado o seu fim como sujeito redentor ou salvacionista da humanidade. E esta opacidade se verificaria também pela própria automação do pro-

cesso, vez que dispensado o trabalhador, contribuir-se-ia para uma verdadeira crise do desemprego.⁸

Mas nem uma coisa nem outra: 1) a mais-valia permanece, portanto o trabalho não é descentrado; 2) a luta de classes, mesmo com novos atores, permanece, com quê de heterodoxia. Neste ponto, algumas das considerações de Antunes (1998) ganham relevo pelas assertivas correspondentes ao não ofuscamento da realidade capitalista, em lugar de quaisquer caracteres perversos. No entanto, a insistência nestas discussões permite ver que não há indivíduo autodeterminante (ou autodeterminado). Há indivíduos entendidos sob a abstração categorizante de grupamentos ou escalonamentos: classes, trabalho, automação, alienação. O primado do objetivismo sobre o subjetivismo parece não contar, vez que o embate entre as classes fundamentais não sofreria maiores alterações nem ganharia melhores alternativas. Subjetivo por subjetivo, o patrão com seu trato objetivista, ainda que ideológico, dado por Marx (e Engels) não pode, ainda assim, permitir a consumação da “destinação” proletária; proletário, aliás, que parece mesmo ser entendido como um bloco monolítico de personalidade pré-definida, a independe do próprio indivíduo ou estar à revelia de suas vontades.

Da mesma maneira, a categorização bastante difundida nos últimos decênios a respeito da extinção das classes sociais (alguns preferem o termo estratos, segmentos...) não encontra o indivíduo: permanece-se objetivista. Tentativas mais ou menos infrutíferas, embora esclarecedoras, permitem vislumbrar o indivíduo como “imerso”, “perdido” em categorias muitas das vezes contraditórias e empregadas equivocadamente a mancheias pelo senso comum, pouco afeito a qualquer criticismo (sem o sentido clássico filosófico).



Mediação das mediações é a proposta do marxismo heterodoxo przeworskiano. Entendendo a classe como uma mediação com o sujeito em suas ideologias e desejos e as condições da vida social, o autor confere plasticidade às determinações categóricas objetivistas anteriores a ele próprio. A bipolaridade marxista unilinear e ortodoxa não se mantém. Przeworski (1989) propõe justamente a ampliação e a relativização dos seus conceitos. Sem abandonar o marxismo, absolutamente, pode-se ver em Przeworski que o seu “individualismo metodológico” vem tratar-se de uma tentativa de imprimir ao objetivismo de Marx (nas suas contribuições, sobretudo, às formações econômico-

⁸ Para maiores discussões, q.v. Sousa (2003, item 2, §5). Numa passagem, este autor diz, comparando Gorz e Offe: “O [seu, de ambos] verdadeiro centro de interesse é a classe trabalhadora. Sua [de ambos os autores] referência analítica fundamental é o proletariado, descrito em um momento histórico de crise” (2003, item 4.2, §3); ou, mais clarivamente: “Gorz e Offe enxergam a crise operária e concluem pela crise do trabalho” (2003, item 5, §2).

sociais ou às relações sociais de produção), uma proposta subjetivista. É quase uma explicitação – e, portanto, um mergulho teórico – na concepção antes de *classe-em-si* que *classe-para-si*.

Nesta microsociologia – daí um fator discrepante do autor das *Formen* – ele é mais weberiano do que se possa conceber preliminarmente. Antidarwinista, antideterminista, Przeworski propõe algo como uma multilinearidade das relações sociais determinadas pelas escolhas subjetiva(da)s. Enquanto Marx, nos seus escritos de juventude notadamente, como o faria igualmente Engels, propunha a inevitabilidade das contradições (antagonismos), entre os “com” e os “sem” propriedade privada, o autor de *Capitalismo e Social-democracia* alarga aquelas determinações objetivistas. O seu subjetivismo consciente (sem o exagero do que é exclusivamente subjetivo, quase psicológico) permite entender a evolução da classe trabalhadora estudada por Marx de um modo menos unilateral; flexível, importa dizer. As classes são feitas polímeros moldáveis ou dilatações de graus variáveis. Muito embora Marx cresse que os modos de produção conviviam (e convivem) com secundários modos, a forma como Przeworski medeia a proposta marxiana, *heterodoxiza* a inexorabilidade e necessidade de um devir histórico fundado nas lutas de classes.

4. Antes do fim

A sociologia contemporânea discrepa, a seu modo, das tentativas explicativas que a antecederam. O seu próprio desenvolvimento deu-se pelo acúmulo de teorias, mesmo de métodos e técnicas, estudos e esforços, desenvolvendo-se pensamentos, com ou sem rompimentos. A ciência avança à medida que não se faz singular. Singular talvez jamais o tenha sido, porém. Surge, sim, como *ciências*. Surge pelo processo que pode ser chamado *pluralização enfática*,⁹ dada a quaisquer ciências plurais. Avançou coadunada, tênue nas suas fronteiras dentro das ciências sociais. Mas fez-se a si construindo seu próprio escopo, ainda que às vezes o empréstimo e a cópia se revelem inevitáveis e notórios como no próprio processo científico. Mas parece perceptível seu delimitar.

A sociologia desdobrou-se, fez-se afluyente dentro das ciências humanas e sociais. E, como toda a ciência, seguiu métodos. Dogmatizou alguns, é verdade, mas ainda assim tantos de seus contribuintes se fizeram plurais e personalizadores. Métodos plurais a seu modo. Inventivos na sua forma, também na sua substância. Não construiu a sociologia “ismos” originais, porque mesmo que os tivesse feito, eles se perdem no tempo, moldando-se em novéis formas, adquirindo novas faces. Discrepando é que ela se fez, de modo que, quando se percebe que o seu oceano científico obedece a certas proposições naturais, nota-se que seus refratários pertencem a uma ordem mais ampla de focos.

A sociologia contemporânea parece se apresentar como um desdobramento inteligível, como outras ciências (não se sabe se com o mesmo desafio da sociologia). De modo que, ao reconhecer uma obra, deve-se perguntar sempre: quais suas dívidas? Depois que elas foram identificadas, poder-se-á dizer, mas não com sossego e descanso, que elas seguem uma lógica imanente que as conformou tais e quais.

⁹ Para o termo, cf. Vasconcelos Filho (2005).

Pluralização enfática, esta sociológica (e não apenas sociológica), com seus tributários, afluentes nanométricos que contemplam vivos e *mortos*, como se fez ver com referência ao objetivismo e ao subjetivismo em sociologia dita da contemporaneidade.

Referências Bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo. 1998. *Adeus ao trabalho?* 5ª.ed. São Paulo/ Campinas (SP): Cortez/ Universidade Estadual de Campinas.
- BAUDRILLARD, Jean. 1994. *À sombra das maiorias silenciosas*. 4ª.ed. Trad.Suely Bastos. São Paulo: Brasiliense.
- BOURDIEU, Pierre. 1989. *O poder simbólico*. Trad.Fernando Thomaz. Lisboa/ Rio de Janeiro: DIFEL/ Bertrand Brasil.
- COMTE, Auguste. 1996. *Auguste Comte*. Trad.J.Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Nova Cultural (Os Pensadores).
- DARHENDORF, Ralf. 1981. *Sociedade e Liberdade*. Trad.Vamireh Chacon. Brasília: UNB (Pensamento Político 16).
- DURKHEIM, Émile. 2002. *As regras do método sociológico*. Trad.Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret (A obra-prima de cada autor 63).
- FERNANDES, Florestan. 1978. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. 3ª.ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos (Nosso Fundo Editorial).
- GIDDENS, Anthony. 1989. *A constituição da Sociedade*. Rio de Janeiro: Forense Universitária (Ensino Superior).
- GORZ, André. 1987. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Trad.Angela R.Vianna e Sérgio G.de Paula. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- LÖWY, Michel. 1987. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. São Paulo: Cortez.
- MARCUSE, Herbert. 1967. *A ideologia da Sociologia Industrial*. Trad.Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar.
- MARSHALL, T.H. 1967. *Cidadania, classe social e status*. Trad.Merton P.Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar (Biblioteca de Ciências Sociais).
- MARX, Karl. 1996. “Para a crítica da Economia Política”, in *Karl Marx*. Trad.Edgard Malagodi. São Paulo: Nova Cultural (Os Pensadores), pp.23-54.
- _____. 2004. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Trad.Alex Marins. São Paulo: Martin Claret (A obra-prima de cada autor 68).
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. 1974. *La Ideología Alemana*. 5ª.ed. Trad.Wenceslao Roces. Montivideo/ Barcelona: Pueblos Unidos/ Grijalbo.
- OFFE, Claus. 1994. *Capitalismo desorganizado*. 2ª.ed. Trad.Wanda C.Brant. São Paulo: Brasiliense.
- ORTIZ, Renato (org.). 1989. *Pierre Bourdieu: sociologia*. 2ª.ed. São Paulo: Ática (Grandes Cientistas Sociais 39).
- PARSONS, Talcott. 1969. *Sociedades: perspectivas evolutivas e comparativas*. São Paulo: Livraria Pioneira (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais).
- PRZEWORSKI, Adam. 1989. *Capitalismo e Social-democracia*. Trad.Laura T.Motta. São Paulo: Companhia das Letras.
- SENA, Custódia S. 1984. “Durkheim e o estudo das representações”, in *Anuário Antropológico 82*. Fortaleza/ Rio de Janeiro: UFC/ Tempo Brasileiro, pp.134-64.

SOUSA, Marcelo A.de. 2003. “A tese da perda da centralidade do trabalho como despolitização do capitalismo contemporâneo”, in *Enfoques*, Rio de Janeiro, nº 1, v.2, disponível em < <http://www.jfcs.ufjf.br/artigos> >, acesso em 3 set. 2003, às 00:47.

VASCONCELOS, Ruth. 1998. “Apresentação do pensamento de Giddens”. S.l.: material digitado.

VASCONCELOS FILHO, Marcos A.R. 2004. “A articulação pentaédrica das perspectivas doutrinárias antropológicas”. Maceió: monografia inédita.

_____. 2005. “Do desdobrar plural da sociologia”. Maceió: artigo inédito.

WEBER, Max. 1974. *Sobre a Teoria das Ciências Sociais*. Trad.Carlos G.Brabo. Lisboa: Presença.